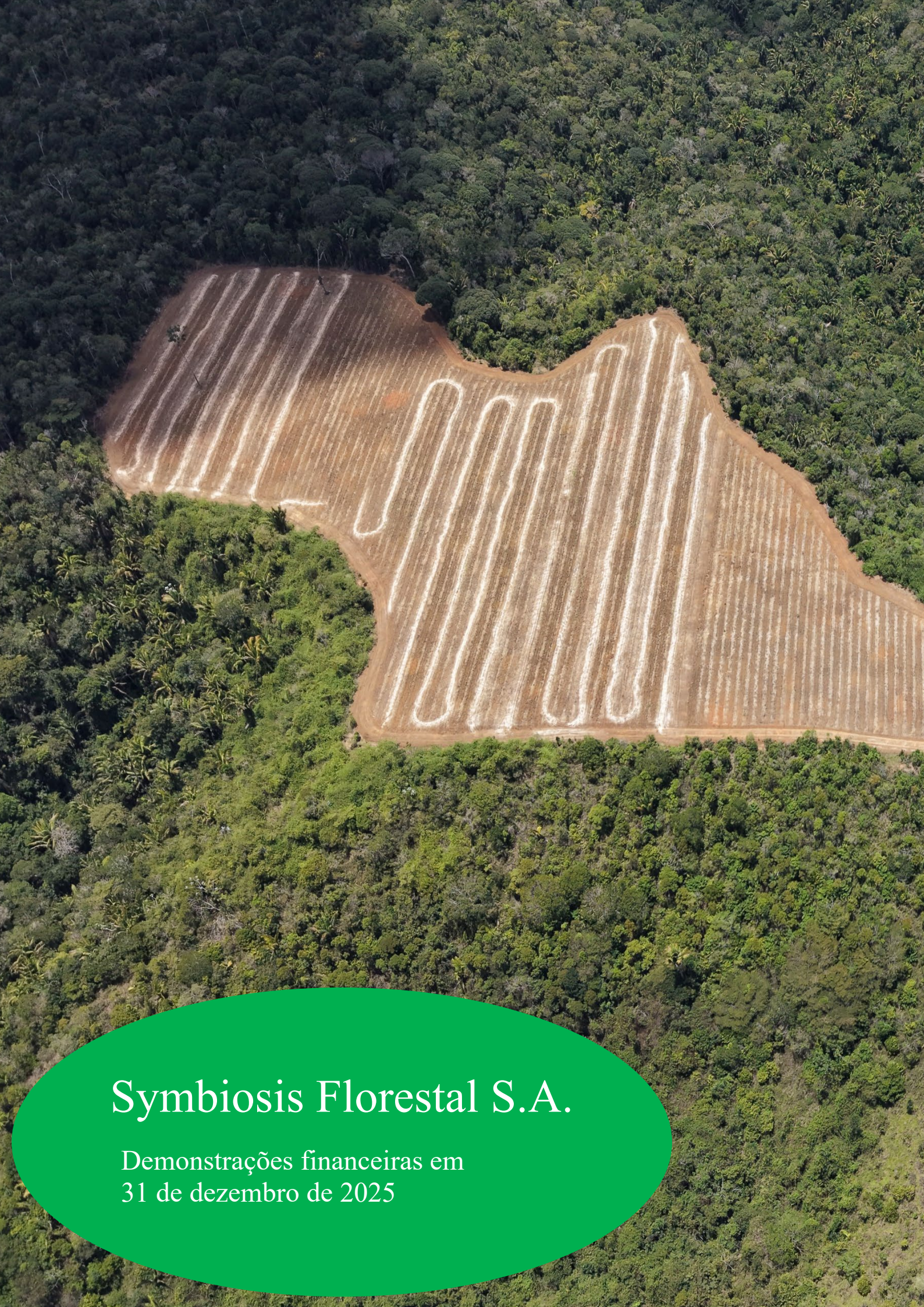


Symbiosis Florestal S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **6**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações dos resultados **9**

Demonstrações dos resultados abrangentes **10**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **11**

Demonstrações dos fluxos de caixa **13**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **15**

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Symbiosis Florestal S.A. ("Symbiosis Florestal" e "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Status da Companhia e estrutura de capital (em milhares de reais)
A Symbiosis Florestal é uma sociedade anônima de capital fechado fundada em 2021, de origem brasileira, que se destaca no setor de silvicultura de espécies nativas e manejo em contínuo florestal, com espécies de ocorrência natural principalmente da Mata Atlântica. O objetivo dos fundadores é estabelecer um novo padrão na indústria madeireira, combinando plantios mistos de espécies nativas tropicais e geração de créditos de carbono.

O exercício de 2025 foi marcado por um forte crescimento operacional. A Companhia expandiu sua área total para aproximadamente 3.263 hectares, incorporando novas propriedades e celebrando contratos de arrendamento e implantou 1.015 hectares de floresta de produção no exercício.

Esse avanço refletiu diretamente na evolução dos ativos:
- Ativo biológico: R$ 44.449 (R$ 15.220 em 2024);
- Imobilizado: R$ 58.277 (R$ 19.340 em 2024); e,
- Direito de uso (arrendamentos): R$ 14.614 (novo em 2025).

A estratégia de crescimento combinou aquisição de terras e contratos de arrendamento, permitindo maior eficiência na alocação de capital e flexibilidade operacional.

A Companhia segue sendo financiada majoritariamente por aportes de capital dos acionistas, tendo realizado aumento de capital relevante no exercício, atingindo capital social de R$ 250.003, com R$ 113.738 a ser integralizado.

Adicionalmente, em agosto de 2025, a Companhia obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES, marco relevante na diversificação de sua estrutura de capital e no suporte à expansão de longo prazo, permitindo a redução da dependência exclusiva de equity e sustentação do plano de expansão florestal.

Resultados (em milhares de reais)
A Companhia permanece em fase pré-operacional, com foco na formação de ativos biológicos e estruturação da base produtiva.

Principais indicadores de 2025:
- Prejuízo do exercício: R$ 6.539 (R$ 4.462 em 2024);
- Ativo total: R$ 149.645 (R$ 68.430 em 2024); e,
- Patrimônio líquido: R$ 135.044 (R$ 67.015 em 2024).

O aumento do prejuízo em relação a 2024 reflete a expansão da estrutura organizacional e intensificação das atividades operacionais. Por outro lado, a Companhia apresenta baixo nível de endividamento financeiro, e forte capacidade de capitalização via equity.

Liquidez e investimentos (em milhares de reais)
Durante o exercício foram investidos mais de R$ 82.780 em atividades de investimento com destaque para formação florestal (ativo biológico) e aquisição de terras.

A Companhia encerrou o exercício com R$ 21.104 em caixa, mantendo capacidade de suportar sua operação e expansão no curto prazo.

Auditoria e controles internos
Os auditores externos apresentam suas avaliações sobre resultados, práticas contábeis e controles internos diretamente aos membros da Diretoria. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o serviço de auditoria independente está sendo prestado pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

A Companhia mantém compromisso com a melhoria contínua de seus controles internos e práticas contábeis, em conformidade com IFRS e BR GAAP.

Descrição dos negócios da companhia
O Bioma Mata Atlântica foi o mais degradado do Brasil, restando menos de 10% de sua área original e muito fragmentado. A degradação começou no século XVI na Bahia. Hoje, o mesmo padrão de destruição é observado no Bioma Amazônia, iniciado na década de 70 após o esgotamento dos recursos da Mata Atlântica. A maioria, se não todas, as árvores da Mata Atlântica ainda estão em um estado selvagem e nunca foram domesticadas e submetidas a melhoramento genético antes. Estudos estimam que mais de 70% das madeiras nativas brasileiras vêm de fontes ilegais. A demanda nacional e global por madeira indica oportunidades para desenvolver negócios madeireiros sustentáveis, incluindo negócios baseados em espécies nativas em plantações comerciais.

A Symbiosis Florestal traz uma solução disruptiva ao combinar o plantio de espécies mistas com uma abordagem de contínuo florestal. É uma oportunidade única de produzir madeira de alta qualidade a partir de espécies nativas da mata atlântica extintas comercialmente, créditos de carbono, e biodiversidade.

Em 2025 a Companhia manteve a certificação FSC. A Symbiosis Florestal atua em conformidade com os mais elevados padrões e normas internacionais, especialmente aqueles voltados à certificação, como FSC - Forest Stewardship Council, que estabelece requisitos e indicadores claros do compromisso social empresarial. Esses referenciais norteiam a atuação da empresa e evidenciam sua dedicação à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável dos territórios em que atua. Além disso, a companhia em 2025 obteve o registro VCS (Verified Carbon Standard) da certificadora VERRA de seu projeto agrupado ARR (Afforestation, Reforestation, and Revegetation). Os planos de expansão do projeto agrupado concentram-se no Sul da Bahia. O uso da terra na região é predominantemente para pastagem, condição também presente em todas as áreas onde o projeto agrupado será implementado. O projeto foi concebido para um período de crédito de carbono de 40 anos.

Impacto positivo (ambiental e social)
A Symbiosis Florestal recupera áreas degradadas no bioma Mata Atlântica além da exigência legal, e 40% das áreas da Companhia são destinadas à conservação. A Companhia monitora seus impactos na biodiversidade a cada 2 anos, acompanhando as mudanças na composição e nos parâmetros ecológicos das comunidades faunísticas ao longo do tempo em suas operações.

Em 2025, os avanços sociais promovidos pela Symbiosis Florestal concentraram-se no fortalecimento do diálogo com as comunidades, por meio de processos de escuta culturalmente apropriados e da implementação de ações que refletem as prioridades locais, contribuindo de forma direta para a melhoria das condições de vida.

Em regiões marcadas por altos índices de vulnerabilidade social e limitações no acesso a oportunidades de trabalho formal, a Companhia priorizou a contratação de mão de obra local, o que representa uma

estratégia fundamental para a valorização das capacidades comunitárias, a redução de desigualdades e o fortalecimento das economias locais. Além disso, reforça os laços de confiança entre a empresa e as comunidades, ao reconhecer e integrar os saberes e talentos presentes nos territórios.

Esses avanços refletem o compromisso da Companhia com um modelo de relacionamento social baseado no respeito, na escuta ativa e no desenvolvimento conjunto de soluções. Ainda que, até o presente momento, não tenham sido detectados impactos significativos das operações diretamente sobre as comunidades, a empresa reafirma que seu compromisso social vai além da mitigação de impactos.

Perspectivas para 2026
Para o próximo exercício, a Companhia seguirá focada na continuidade da expansão florestal, execução do financiamento junto ao BNDES, avanço na certificação e monetização de créditos de carbono, bem como a consolidação da estrutura operacional

Seguimos focados em promover o reconhecimento da nossa marca, no propósito de reforçar nossa posição em produtos madeireiros, crédito de carbono e de biodiversidade. Aos colaboradores e acionistas, agradecemos o árduo trabalho, apoio e confiança diante deste cenário e, aos nossos fornecedores e demais stakeholders, agradecemos por mais um ano intenso de colaboração e parceria.

Porto Seguro, 12 de maio de 2026.

Diretor Presidente
Bruno Mariani

Diretor Financeiro
Alan Ferreira Batista

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping - Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Diretores da

Symbiosis Florestal S.A.

Trancoso - Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Symbiosis Florestal S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Symbiosis Florestal S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Salvador 12 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7



Samara Rosa de Freitas Carvalho

Contador CRC BA 030084/O-0

Symbiosis Florestal S.A.

Demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.104	32.815	Fornecedores e outras contas a pagar	10	160	19
Estoque	5	3.753	100	Salários e encargos a pagar		167	43
Tributos a recuperar	6	2.129	1	Tributos a recolher	6	391	24
Adiantamentos e despesas antecipadas	7	288	31	Obrigações com partes relacionadas	11	1.680	1.329
Adiantamentos a partes relacionadas	7	4.205	731	Arrendamentos a pagar	12	1.217	-
Partes relacionadas a receber		9	4	Outras contas a pagar		70	-
Total do ativo circulante		**31.488**	**33.682**	**Total do passivo circulante**		**3.685**	**1.415**
Não circulante				**Não circulante**			
Tributos a recuperar		817	188	Arrendamentos a pagar	12	10.916	-
Total realizável a longo prazo		**817**	**188**	**Total do passivo não circulante**		**10.916**	**-**
				Patrimônio líquido			
Ativo biológico	8	44.449	15.220	Capital social	13	250.003	61.697
Imobilizado	9	58.277	19.340	Capital a integralizar	13	(113.738)	-
Direito de uso	12	14.614	-	Reserva de capital		9.776	9.776
				Prejuízos acumulados		(10.997)	(4.458)
Total do não circulante		**117.340**	**34.560**	**Total do patrimônio líquido**		**135.044**	**67.015**
Total do ativo		**149.645**	**68.430**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**149.645**	**68.430**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

	Nota	2025	2024
Despesas gerais e administrativas	14	(8.988)	(5.609)
Resultado operacional		(8.988)	(5.609)
Depreciação e amortização	14	(110)	(59)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(9.098)	(5.668)
Despesas financeiras	15	(459)	(10)
Receitas financeiras	15	3.018	1.216
Resultado financeiro (líquido)		2.559	1.206
Prejuízo do exercício		(6.539)	(4.462)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Nota	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício		(6.539)	(4.462)
Outros resultados abrangentes		-	-
Prejuízo do exercício		(6.539)	(4.462)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital		Reserva de capital	Reserva de lucros	Prejuízo líquido do período(ano)	Total do patrimônio líquido
		Subscrito	Capital a integralizar				
Em 31 de dezembro de 2023		**16.264**	**-**	**9.776**	**4**	-	**26.044**
Aumento de capital		45.433	-	-	-	-	**45.433**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(4.462)	**(4.462)**
Absorção de prejuízo		-	-	-	(4)	4	**-**
Em 31 de dezembro de 2024		**61.697**	**-**	**9.776**	**-**	**(4.458)**	**67.015**
Aumento de capital	13	188.306	(113.738)	-	-	-	**74.568**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(6.539)	**(6.539)**
Em 31 de dezembro de 2025		**250.003**	**(113.738)**	**9.776**	**-**	**(10.997)**	**135.044**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(6.539)	(4.462)
Ajustes			
Depreciação e amortização	9	121	59
Depreciação do direito de uso	12	311	-
Encargos financeiros de arrendamento	12	408	-
		840	**59**
Variações nos ativos e passivos			
Estoque	5	(3.653)	(100)
Tributos a recuperar	6	(2.757)	(189)
Adiantamento de despesas	7	(3.731)	(762)
Partes relacionadas a receber		(5)	(4)
Fornecedores e outras contas a pagar	10	141	19
Tributos a recolher		367	23
Salários e encargos a pagar		124	43
Obrigações com partes relacionadas	11	351	1.329
Outras contas a pagar		70	-
		(9.093)	**359**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(14.792)**	**(4.044)**
Fluxo de caixa das atividades investimentos			
Adições de imobilizado	9	(39.058)	(13.353)
Adições em ativos biológicos	8	(29.229)	(1.492)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(68.287)**	**(14.845)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	13	74.568	45.433
Pagamento de contratos de arrendamentos	12	(3.200)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**71.368**	**45.433**
(Redução) Aumento de caixa e equivalente de caixa		**(11.711)**	**26.544**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		**32.815**	**6.271**
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		**21.104**	**32.815**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional

A *Symbiosis Florestal S.A.* ("*Companhia*" ou "*Symbiosis Florestal*") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de junho de 2021, com sede no Brasil, localizada no município de Porto Seguro, estado da Bahia. A Companhia tem como objeto a condução de plantios comerciais em larga escala com espécies nativas da Mata Atlântica, bem como espécies exóticas de elevado valor comercial, voltadas à produção de madeira e à geração de créditos de carbono.

Nesse contexto, a Companhia busca atender à demanda da sociedade por produtos madeireiros provenientes de reflorestamento, sem comprometer os mecanismos que sustentam os ecossistemas, por meio da gestão eficiente das florestas plantadas ao longo de todo o seu ciclo produtivo. Cada muda plantada nas fazendas da Companhia é criteriosamente selecionada, com o objetivo de assegurar a produção de madeira de alta qualidade.

A Companhia concentra suas operações principalmente em espécies nativas da Mata Atlântica, priorizando aquelas com alto valor madeireiro, que apresentam diferentes colorações e propriedades, de modo a atender às diversas demandas do mercado.

A Companhia nasceu com o objetivo de estabelecer um novo padrão na indústria madeireira, combinando plantios mistos de espécies nativas tropicais de alto valor e restaurando o bioma com a maior biodiversidade e mais ameaçado do Brasil, a Mata Atlântica, e a atuação no manejo em contínuo florestal de florestas plantadas, o que por meio da fotossíntese, as florestas retiram CO_2 da atmosfera e armazenam esse carbono na forma de biomassa, na prática, a Companhia implanta e maneja florestas (nativas e/ou exóticas), quantifica o crescimento da biomassa e estima a quantidade de CO_2 equivalente sequestrado para então certificar e realizar a venda.

Com isso, a Companhia espera atender a demanda da sociedade por produtos madeireiros oriundos de reflorestamento, sem alterar os mecanismos nos quais os ecossistemas se sustentam, controlando e administrando o manejo das florestas plantadas até o produto final. Cada muda plantada nas fazendas da Companhia passa por uma rigorosa seleção, a fim de produzir madeira de qualidade.

A Symbiosis Florestal traz uma solução disruptiva ao combinar o plantio de espécies mistas com uma abordagem de manejo contínuo da cobertura florestal. É uma oportunidade única de produzir madeira de alta qualidade, a partir de espécies nativas extintas gerando créditos de carbono e promovendo a biodiversidade, em uma operação integrada da genética ao produto final. Operar com um portfólio diversificado de espécies com diferentes taxas de crescimento, cores e densidade mitiga o clima, a saúde da floresta e os riscos de mercado. As plantações de espécies mistas são mais resilientes e mais produtivas do que as monoculturas, e o manejo contínuo da cobertura florestal mantém a biodiversidade, os estoques de carbono e madeira em níveis mais altos em comparação com o corte raso.

a. Avaliação continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital social integralizado de R$ 136.265 (R$ 61.697 em 2024) e apurou prejuízo de R$ 6.539 (R$ 4.462 em 2024) no exercício, estando

em fase pré-operacional. Suas atividades têm sido financiadas substancialmente por aportes de capital realizados por seus acionistas, em linha com seu estágio de desenvolvimento.

A continuidade das operações da Companhia está alinhada à sua estratégia de financiamento, baseada primordialmente em aportes de capital por parte de seus acionistas (equity), conforme previsto nos acordos de investimento e acordos de acionistas vigentes, complementada pela captação de recursos de terceiros a custos competitivos.

Adicionalmente, a Companhia adota, de forma estratégica, a utilização de contratos de arrendamento de terras como alternativa à aquisição de ativos fundiários, com o objetivo de otimizar a alocação de capital, aumentar a flexibilidade operacional e viabilizar a expansão de suas atividades com menor intensidade de capital próprio.

Nesse contexto, a Companhia obteve aprovação, em agosto de 2025, para contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), estruturado com condições compatíveis com seu perfil de investimento de longo prazo. No exercício de 2026, ocorreu o recebimento do primeiro desembolso desse financiamento, evidenciando o avanço na implementação de sua estratégia de funding.

No exercício de 2025, a Companhia expandiu significativamente sua base de ativos operacionais por meio da aquisição das fazendas Santa Helena, Conjunto Três Marias, Sempre Viva e Maganagem, bem como, aquisição por meio de arrendamento a fazenda Lagoa do Boi, totalizando um acréscimo de 2.072 hectares. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detém uma área total de 3.263 hectares em fazendas.

A implantação e o desenvolvimento dessas áreas estão contemplados no plano de negócios da Companhia, o qual considera a continuidade dos aportes de capital dos acionistas e a utilização de linhas de financiamento de longo prazo.

Dessa forma, com base nas avaliações realizadas, a administração conclui que não existe incerteza material que possa levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de maio de 2026.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados ativos e passivos financeiros, incluindo aplicações financeiras e fundos de investimento, que são mensurados ao valor justo, conforme descrito nas políticas contábeis aplicáveis.

Os ativos biológicos correspondem a florestas em crescimento, as quais, quando formadas, serão destinadas para a venda a terceiros. Tais ativos são mensurados ao custo histórico até que sejam

atingidas as premissas para valorização ao valor justo, quando a floresta atinge sua maturação e que seja possível obter dados confiáveis para a mensuração do valor de venda da madeira. No momento que as árvores são consideradas maduras, ou seja, em condições de negociação mercadológica, a Companhia verifica se é possível obter dados confiáveis para a mensuração a valor justo. Sendo possível, faz a avaliação pelo valor justo, com o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrer, em linha específica da demonstração de resultado. Caso contrário, permanece com a mensuração a custo até que as árvores sejam colhidas.

As demonstrações financeiras incluem todas as informações relevantes que refletem a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, e estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na condução de seus negócios.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 - avaliação da aplicabilidade da mensuração ao valor justo dos ativos biológicos e determinação do uso do modelo de custo;
- Nota explicativa 9 - determinação da vida útil econômica do ativo imobilizado;
- Nota explicativa 12 - julgamento na identificação de contratos que contêm arrendamento, bem como na determinação do prazo do arrendamento. Adicionalmente, envolve julgamento na determinação da taxa incremental de financiamento utilizada na mensuração dos passivos de arrendamento.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

Não há premissas e estimativas que possam representar um risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na data das demonstrações financeiras, a Companhia não possui ativos ou passivos mensurados ao valor justo de forma recorrente. Dessa forma, não há classificações nos níveis 1, 2 ou 3 da hierarquia de valor justo.

3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas de maior relevância para a Companhia são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, exceto quando explicitamente indicado de outra forma.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.
A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses a partir da data de aquisição, e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

	2025	2024
Bancos- conta corrente	12	9
Aplicações financeiras (a)	2	7
Fundo de investimentos (b)	21.090	32.799
	21.104	**32.815**

(a) O saldo de aplicações financeiras está representado por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") e operações compromissadas com bancos de primeira linha sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 2 % dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") (2024 em 2% do CDI).

(b) Aplicação em fundos de investimentos de renda fixa junto ao Banco Santander, de liquidez diária, composto por 39% em operações de compra e venda compromissada, 25% em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), 20% em Certificados de Depósito Bancário (CDB), 12% em Debêntures, 3% em Letras Financeiras e 1% em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com baixo risco de crédito, (2024, 25% em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), 20% em Certificados de Depósito Bancário (CDB), 12% em Debêntures, 3% em Letras Financeiras e 1% em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com baixo risco de crédito).

5 Estoque

Política contábil:
Os estoques são formados por materiais e insumos destinados às atividades operacionais da entidade e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de impostos recuperáveis, ou, no caso de estoques relacionados à floresta de produção, pelo custo da floresta de produção à medida que os insumos são consumidos.

A provisão para estoques obsoletos é constituída para refletir os riscos associados à realização e ao consumo de estoques, considerando perdas por obsolescência. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração não identificou estoques obsoletos nem necessidade de provisão adicional.

	2025	2024
Insumos florestais	3.745	100
Outros	8	-
	3.753	**100**

O aumento significativo observado no período está diretamente relacionado ao crescimento operacional da Companhia em 2025, refletindo a ampliação das áreas de plantio, intensificação das atividades de implantação e manutenção florestal. Como consequência, houve elevação no nível de aquisições e manutenção de estoques estratégicos para suportar a expansão das operações. Os estoques consistem em adubos, defensivos agrícolas, substratos, fertilizantes e mudas para plantio.

6 Tributos

Política contábil:
A entidade reconhece os tributos com base no regime de competência, ou seja, no período em que ocorre o fato gerador, independentemente do pagamento. Tributos sobre receitas são registrados simultaneamente ao reconhecimento da receita correspondente. Os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) são apurados com base no resultado do período, considerando a legislação vigente. Créditos tributários são reconhecidos como ativo quando há direito legal e expectativa de realização. Obrigações tributárias são registradas como passivo quando incorridas. A mensuração considera alíquotas e normas vigentes na data das demonstrações. A compensação ocorre apenas quando há direito legal.

6.1. Tributos a recuperar

	2025	2024
PIS/COFINS a recuperar	1.993	1
ICMS a recuperar	133	-
IRRF sobre aplicações financeiras	817	188
Outros	3	-
	2.946	**189**
Circulante	2.129	1
Não Circulante	817	188

O aumento relevante no saldo em 2025 decorre, substancialmente, do crescimento operacional observado no período, que resultou em maior volume de aquisições de insumos e, consequentemente, na geração de créditos tributários, especialmente de PIS e COFINS no regime não cumulativo. Os créditos de ICMS referem-se, majoritariamente, a aquisições vinculadas à atividade operacional, enquanto o IRRF ocorre sobre aplicações financeiras.

6.2. Tributos a recolher

	2025	2024
IRRF sobre terceiros	35	2
ISS retido de terceiro	139	8
INSS retido de terceiros	103	8
CSRF sobre terceiros	114	6
	391	**24**

O aumento observado no período está diretamente relacionado ao crescimento operacional da Companhia em 2025, que resultou em maior volume de contratações de serviços e, consequentemente, no incremento das retenções tributárias na fonte, conforme previsto na legislação vigente.

Os valores registrados referem-se a obrigações tributárias já constituídas, cujo recolhimento ocorrerá nos prazos legais subsequentes ao encerramento do exercício, sendo classificados integralmente no passivo circulante.

7 Adiantamento e despesas antecipadas

Política contábil:
O adiantamento a fornecedor e as despesas pagas antecipadas correspondem a valores pagos antecipadamente, com o objetivo de garantir o fornecimento de bens ou serviços a serem entregues em data futura.

	2025	2024
Adiantamento a fornecedor	262	2
Despesas pagas antecipadas	26	29
Adiantamentos a partes relacionadas	4.205	731
	4.493	**762**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu saldos classificados como despesas antecipadas, relacionados a prêmios de seguros de veículos, assinaturas e anuidades, bem como a direitos correspondentes adquiridos mediante pagamento antecipado, cujos benefícios econômicos serão realizados em períodos futuros. Desses valores, R$ 4.205 referem-se a um pedido futuro de entrega de mudas em contrato com partes relacionadas.

8 Ativo biológico

Política contábil:
Os ativos biológicos correspondem a florestas em crescimento, as quais, quando formadas, serão destinadas para a venda a terceiros. Tais ativos são mensurados ao custo histórico até que sejam atingidas as premissas para valorização ao valor justo, quando a floresta atinge sua maturação e que seja possível obter dados confiáveis para a mensuração do valor de venda da madeira.

No momento que as árvores são consideradas maduras, ou seja, em condições de negociação mercadológica, a Companhia verifica se é possível obter dados confiáveis para a mensuração a valor justo. Sendo possível, faz a avaliação pelo valor justo, com o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrer, em linha específica da demonstração de resultado. Caso contrário, permanece com a mensuração a custo até que as árvores sejam colhidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as premissas para valorização ao valor justo não foram atendidas. Portanto, a mensuração do ativo biológico ocorreu com base no custo histórico.

a. Composição do ativo biológico

	2025	2024
Depreciação	816	524
Mudas e insumos	7.774	1.730
Mão de obra de produção (a)	8.431	6.724
Custos diretos de produção (b)	27.427	6.242
Total do ativo biológico	**44.449**	**15.220**

(a) Os custos de mão de obra da produção incluem todos os empregados alocados direta ou indiretamente à floresta de produção.

(b) Os custos diretos de produção incluem despesas com máquinas, implementos, ferramentas e serviços terceirizados específicos.

b. Movimentação do ativo biológico

	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Custo Direto de Produção	5.598	20.992	**26.590**
Custo Indireto de Produção	644	194	**838**
Mão-de-Obra Direta de Prod.	2.482	1.046	**3.528**
Mão-de-Obra Indireta de Prod.	4.242	661	**4.903**
Insumos e mudas	1.730	6.044	**7.774**
Deprec. de Imob. utilizado na prod.	524	292	**816**
Total	**15.220**	**29.229**	**44.449**

	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Custo Direto de Produção	5.169	429	**5.598**
Custo Indireto de Produção	603	41	**644**
Mão-de-Obra Direta de Prod.	1.557	925	**2.482**
Mão-de-Obra Indireta de Prod.	4.242	-	**4.242**
Insumos e mudas	1.644	86	**1.730**
Deprec. de Imob. utilizado na prod.	513	11	**524**
Total	**13.728**	**1.492**	**15.220**

Natureza dos ativos biológicos

A Companhia vem desenvolvendo um sistema florestal que combina diferentes espécies de crescimento moderado com outras de crescimento rápido.

Como resultado dessa modelagem as espécies foram agrupadas em:

(i) Acessórias – espécies de crescimento rápido propiciadoras do microclima adequado aos consórcios com as espécies fins (nativas). Para tanto, têm que produzir sombra necessária para melhor formação do fuste, controlar a regeneração de plantas invasoras e também produzirem madeira de considerável valor no curto prazo; e

(ii) Fins – são as espécies de alto valor madeireiro com crescimento mais lento e com madeira de alta qualidade que são tutoradas pelo sombreamento produzido pelas espécies acessórias, contribuindo para melhor forma do fuste e desrama natural.

Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades silviculturais

(i) Riscos regulatórios e ambientais
A Symbiosis Florestal está sujeita às leis e regulamentações ambientais. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento dessas leis.

(ii) Risco de oferta e demanda
A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de madeira.

(iii) Riscos relacionados ao clima
As florestas que compõem o ativo biológico estão expostas ao risco de danos causados por eventos climáticos extremos, como tempestades, ventos fortes e seca. Mudanças nas condições relacionadas ao clima podem intensificar um ou mais desses eventos. Além de seus efeitos sobre a produtividade florestal, eventos climáticos extremos também podem aumentar o custo das operações. A Companhia possui extensos processos em vigor com o objetivo de monitorar e mitigar esses riscos por meio de uma gestão proativa e detecção antecipada**.**

Períodos de seca e altas temperaturas podem aumentar o risco de incêndios florestais e surtos de insetos. Os ativos biológicos não estão contemplados nas apólices de seguro, entretanto, a Companhia adota procedimentos internos para prevenção de incêndios, tais como, manutenção do leito das estradas aceiradas sem vegetação em pelo menos 04 (quatro) metros, de modo a servir de corta fogo; disponibilização de ferramentas e equipamentos do tipo abafadores que servem de apoio no controle de incêndio; motor bomba para captação de água e reservatório do tipo pipa; além de profissionais com treinamento em brigada de incêndio.

9 Ativo imobilizado

Política contábil:
Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer provisões para perdas por desvalorização de ativos (impairment). O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, excluindo custos de financiamento.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear tendo como referência o valor do custo menos o valor residual e a vida útil remanescente aos percentuais, em exceção à regra. Terras não são depreciados. A depreciação dos ativos imobilizados utilizados para a formação da floresta de produção, tais como: máquinas e equipamentos, são debitados no ativo biológico da Companhia.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Não foi identificada a necessidade de provisão para perda ("*impairment*") dos ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor contábil, sendo reconhecidos em "Outras receitas/(despesas)" na demonstração do resultado.

a. Composição

		31/12/2025			31/12/2024
	Depreciação ano	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Terras (a)	-	57.471	-	57.471	18.775
Edificações	4–20	106	(21)	85	108
Veículos	5	310	(75)	235	189
Máquinas e equipamentos	10	450	(81)	369	231
Móveis e utensílios	10	41	(14)	27	37
Imobilizado em Andamento	-	90	-	90	-
Total		**58.468**	**(191)**	**58.277**	**19.340**

		31/12/2024			31/12/2023
	Depreciação ano	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Terras (a)	-	18.775	-	18.775	5.951
Edificações	4–20	125	(17)	108	95
Veículos	5	210	(21)	189	-
Máquinas e equipamentos	10	257	(26)	231	-
Móveis e utensílios	10	43	(6)	37	-
Imobilizado em Andamento	-	-	-	-	-
Total		**19.410**	**(70)**	**19.340**	**6.046**

(a) No exercício de 2025, a Companhia expandiu significativamente sua base de ativos operacionais por meio da aquisição das fazendas Santa Helena, Conjunto Três Marias, Sempre Viva e Maganagem, totalizando um acréscimo de 1.472 hectares, pelo valor de R$ 38.696, com o objetivo de dar continuidade à expansão de suas operações.

b. Movimentação do custo

	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Terras (a)	18.775	38.696	57.471
Edificações	125	-	125
Veículos	210	32	242
Máquinas e equipamentos	257	240	497
Móveis e utensílios	43	-	43
Imobilizado em Andamento	-	90	90
Total	**19.410**	**39.058**	**58.468**

	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Terras (a)	5.951	12.824	18.775
Edificações	106	19	125
Veículos	-	210	210
Máquinas e equipamentos	-	257	257
Móveis e utensílios	-	43	43
Total	**6.057**	**13.353**	**19.410**

c. Movimentação de depreciação

	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Edificações	(17)	(4)	(21)
Veículos	(21)	(54)	(75)
Máquinas e equipamentos	(26)	(55)	(81)
Móveis e utensílios	(6)	(8)	(14)
Total	**(70)**	**(121)**	**(191)**

	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Edificações	(11)	(6)	(17)
Veículos	-	(21)	(21)
Máquinas e equipamentos	-	(26)	(26)
Móveis e utensílios	-	(6)	(6)
Total	**(11)**	**(59)**	**(70)**

10 Fornecedores e outras contas a pagar

Política contábil:
As obrigações com fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo valor justo da contraprestação acordada, que normalmente corresponde ao preço da transação. O reconhecimento ocorre quando a Companhia se torna parte de um compromisso contratual para a aquisição de bens ou serviços.

Composição	2025	2024
Passivo Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar	160	19

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações com fornecedores não são remuneradas por juros e são, substancialmente, liquidadas no prazo de 15 a 60 dias. Não existem saldos relevantes em atraso nas datas de reporte.

11 Partes relacionadas

Política contábil:
As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com condições contratuais previamente acordadas e em bases compatíveis com as práticas do grupo econômico. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia realizou transações com sua controladora, Symbiosis Investimentos e Participações S.A., em conformidade com as políticas do grupo econômico.

	2025	2024
Despesas com pessoal	854	1.055
Despesas com consultoria	72	263
Despesas com materiais	72	11
Outras despesas	682	-
Total	**1.680**	**1.329**

O montante a pagar à controladora, no valor de R$ 1.680, refere-se às despesas incorridas com o rateio de despesas gerais e administrativas, incluindo pessoal-chave da administração, as quais serão reembolsadas, incluindo os materiais utilizados.

O quadro abaixo demonstra a remuneração do pessoal-chave da administração, inclui o Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

	2025	2024
Benefícios de curto prazo	1.677	1.340
Total	**1.677**	**1.340**

12 Arrendamentos

Política contábil:
Um arrendamento é um contrato por meio do qual o arrendador concede à Companhia o direito de uso de um ativo por um período de tempo, em troca de contraprestação. Na data de início do contrato, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto para contratos de curto prazo e ativos de baixo valor, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, descontados pela taxa incremental de financiamento da Companhia. O ativo de direito de uso é mensurado ao custo, composto pelo valor inicial do passivo de arrendamento,

ajustado por quaisquer pagamentos antecipados, custos diretos iniciais e estimativas de desmontagem ou restauração, quando aplicável.

12.1 Direito de Uso

	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2025
Terras	-	14.925	-	(311)	14.614
Total	**-**	**14.925**	**-**	**(311)**	**14.614**

Os ativos de direito de uso referem-se, substancialmente, a contratos de arrendamento de terras destinadas à atividade florestal, sendo depreciados pelo método linear ao longo do prazo dos respectivos contratos. Em 2025, a Companhia reconheceu R$ 14.925 em adições em ativos de direito de uso.

12.2 Arrendamentos a pagar

O saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025, mensurado a valor presente e descontado pelas respectivas taxas de desconto, está demonstrado a seguir:

	31/12/2024	Adições	Pagamentos	Encargos financeiros	31/12/2025
Terras (contratos)	-	14.925	(3.200)	408	12.133
Total	**-**	**14.925**	**(3.200)**	**408**	**12.133**

O passivo de arrendamento é apresentado como segue:

Circulante: R$ 1.217
Não circulante: R$ 10.916

Os passivos financeiros relacionados aos arrendamentos estão apresentados com base em seus prazos contratuais de vencimento, conforme demonstrado a seguir:

Prazo de vencimento	Valor (R$)
1 ano	1.217
2 a 5 anos	5.369
6 a 10 anos	2.789
11 a 20 anos	2.223
21 a 30 anos	486
Acima de 30 anos	49
Total	**12.133**

12.3 Premissas e julgamentos relevantes

A mensuração do passivo de arrendamento requer a utilização de julgamentos relevantes pela Administração, especialmente na determinação da taxa de desconto e do prazo dos contratos.

A taxa incremental de financiamento foi estimada com base no custo de captação da Companhia, considerando operações com prazos e garantias similares, compatíveis com seu perfil de crédito, prazo e garantias dos contratos, estimadas com base em operações comparáveis de mercado. A taxa média ponderada utilizada em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,65% ao ano.

O prazo médio ponderado dos contratos de arrendamento em vigor em 31 de dezembro de 2025 é de 40 (quarenta) anos, refletindo a natureza de longo prazo das operações florestais da Companhia.

12.4 Créditos de PIS e COFINS

A Companhia, no regime não cumulativo de apuração do PIS e da COFINS, reconhece créditos tributários incidentes sobre os encargos de depreciação dos ativos de direito de uso, conforme legislação fiscal aplicável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os créditos de PIS e COFINS relacionados à depreciação dos ativos de direito de uso totalizaram R$ 30, calculados mediante a aplicação da alíquota combinada de 9,25% sobre a despesa de depreciação do período. Tais créditos foram reconhecidos na rubrica de tributos a recuperar, em contrapartida à redução das despesas operacionais no resultado do exercício.

13 Patrimônio líquido

Política contábil:
As ações não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido. Quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R$ 61.697, representado por 71.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Com o aumento de capital ocorrido no exercício de 2025, passou para R$ 250.003, representado por 259.779 ações ordinárias nominativas, também sem valor nominal.

Do montante total do capital subscrito em 31 de dezembro de 2025, R$ 136.265 encontram-se integralizados (R$ 61.697 em 31 de dezembro de 2024), enquanto R$ 113.738 permanecem a integralizar. Para o exercício de 2026, há expectativa de integralização no valor de R$ 24.176, sendo o saldo remanescente de R$ 89.562 integralizado pari passu, à medida que houver necessidade de caixa.

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, a cada exercício, dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, conforme legislação vigente, após a compensação de prejuízos acumulados. Além disso, 5% do lucro líquido anual deve ser destinado à constituição do fundo de reserva legal, também após a compensação de prejuízos acumulados.

O Estatuto Social faculta à Companhia a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias, em bases semestrais ou períodos menores, para fins de declaração e pagamento de dividendos intermediários, desde que tais dividendos sejam suportados por lucros distribuíveis determinados de acordo com a legislação societária aplicável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apurou lucro líquido, razão pela qual não houve constituição de reserva legal nem distribuição de dividendos.

	Número de ações (milhares)	Capital - R$ (milhares)
31 de dezembro de 2023	26.040	16.264
Novas ações	45.433	45.433
31 de dezembro de 2024	71.473	61.697
Novas ações (a)	188.306	188.306
31 de dezembro de 2025	**259.779**	**250.003**

(a) Em 3 de julho de 2025, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada um aumento de capital no valor de R$ 19.245, mediante a emissão de 19.245 novas ações ordinárias sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas no quarto trimestre, por meio de pagamento em moeda nacional pelos acionistas. Em 7 de novembro de 2025, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado um aumento de capital no montante de R$ 169.061, mediante a emissão de 169.061 novas ações ordinárias sem valor nominal. Desse total, R$ 55.323 foram integralizados até 31 de dezembro de 2025, permanecendo o saldo remanescente como capital a integralizar.

14 Despesas gerais e administrativas

Política contábil:
As despesas são reconhecidas no resultado do período pelo regime de competência, ou seja, quando incorridas, independentemente do seu pagamento.

A Companhia apresenta suas despesas operacionais classificadas por natureza, em linha com as práticas contábeis. Essa apresentação reflete de forma mais adequada a estrutura de custos da Companhia, considerando seu estágio pré-operacional e a ausência de receitas relevantes no período.

Os custos diretamente atribuíveis à formação do ativo biológico são capitalizados, conforme descrito na Nota 8 – Ativo biológico. Dessa forma, as despesas apresentadas nesta nota referem-se substancialmente a gastos administrativos e corporativos não diretamente relacionados à formação dos ativos.

	2025	2024
Despesas com pessoal	(4.240)	(3.153)
Despesas operacionais	(206)	(734)
Depreciação e amortização	(110)	(59)
Despesas com consultoria	(4.542)	(1.722)
Total	**(9.098)**	**(5.668)**

Em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas que incluem custos relacionados a consultoria, gestão e infraestrutura, sendo que parte desses custos decorre do processo de rateio de despesas com a controladora.

A Administração avalia que a variação nas despesas gerais e administrativas entre os exercícios está principalmente relacionada à expansão das atividades operacionais da Companhia ao longo de 2025, com aumento da estrutura organizacional e intensificação da contratação de serviços especializados.

15 Resultado financeiro

Política Contábil:

Receitas e despesas financeiras
As receitas e despesas financeiras, incluindo juros, são reconhecidas no resultado pelo método da taxa de juros efetiva. Os juros recebidos são classificados como fluxos de caixa das atividades de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

	2025	2024
Despesas financeiras	(459)	(10)
Receita de juros sobre aplicações financeiras	3.018	1.216
Resultado financeiro, líquido	**2.559**	**1.206**

16 Instrumentos financeiros

Política contábil: Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial
O conta a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto.

(iii) Gerenciamento de riscos

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao gerenciar o capital são salvaguardar a capacidade da Companhia de continuar seu projeto de negócio, conforme mencionado na Nota 1, a fim de fornecer retorno para acionistas e benefícios para outras partes interessadas e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo de capital. A fim de manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia poderá emitir novas ações.

O patrimônio líquido da Companhia, conforme divulgado no balanço patrimonial, constitui o seu capital social. A Companhia mantém o nível de capital por referência aos seus compromissos decorrentes das exigências operacionais. Tendo em vista a natureza das atividades da Companhia, o nível de capital no final do período de relatório é considerado adequado pelos diretores.

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, que atualmente possui impacto nas aplicações financeiras, especialmente taxas de juros, que podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O risco da taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia possui aplicações financeiras de baixo risco.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores de ativos financeiros. A Companhia atualmente possui aplicações financeiras em bancos de primeira linha com baixo risco de crédito e monitora de forma constante a rentabilidade e os riscos envolvidos na operação.

Ativo	Risco	Taxa	2025	2024
Depósitos bancários remunerados	CDI decr.	CDI (a)	2	6
Fundos de investimento	CDI decr.	CDI (b)	21.090	32.799
Total			21.092	32.805

(a) Cenário de juros CDI obtido com base nas taxas referenciais B3;

(b) Cenário de aplicação financeira considera um rendimento médio de 95% da CDI;

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Com a adoção do CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, a Companhia passou a reconhecer passivos de arrendamento, os quais estão incluídos no escopo da gestão de risco de liquidez, uma vez que representam obrigações contratuais de pagamentos futuros.

A Administração entende que a geração de caixa operacional e as disponibilidades existentes são suficientes para honrar suas obrigações financeiras, incluindo fornecedores, empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento.

17 Eventos subsequentes

Em 5 de fevereiro de 2026, a Companhia recebeu o primeiro desembolso, no montante de R$ 26.000, referente a financiamento contratado junto ao BNDES, destinado à expansão de suas atividades operacionais.

* * *

Bruno Mariani
Diretor Presidente

Alan Ferreira Batista
Diretor Financeiro

João Marcos de Oliveira Santos
Contador
CRC/BA-041929/O-5